

RESPOSTA RECURSO H2L Tecnologia Ltda

Trata o presente Relatório da análise do Recurso Administrativo apresentado pela empresa H2L Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ de nº 26.165.235/0001-27, adiante identificada apenas como **RECORRENTE**, contra a decisão de não atendimento aos requisitos de pré-qualificação, do Edital de Chamamento Público nº 0782/2024.

I. Dos Fatos

A **RECORRENTE**, H2L Tecnologia Ltda, interpôs recurso contra a decisão de não atendimento aos requisitos de pré-qualificação, argumentando, em essência, que teria cumprido todas as exigências estabelecidas no edital. Sustenta também que não houve tratamento isonômico no processo de pré-qualificação e que a exigência de disponibilização do código-fonte completo da aplicação representaria a revelação de segredo de negócio, sem garantia de proteção de propriedade intelectual.

II. Da Tempestividade do Recurso

Conforme o item 14.1 do Edital de Chamamento Público nº 0782/2024, o prazo para apresentação de recursos administrativos é de cinco dias úteis a partir da ciência do resultado. O recurso foi protocolado em 19/11/2024, dentro do prazo estabelecido, considerando que a notificação ocorreu em 11/11/2024 e houve o feriado de 15/11/2024. Assim, o recurso é tempestivo.

III. Da Aplicabilidade da Legislação

Esclarece-se, preliminarmente, que o presente procedimento de pré-qualificação foi conduzido com fundamento nos artigos 36 e 64 da Lei nº 13.303/2016, bem como no art. 66 do Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro. Portanto, não se aplica ao caso a Lei nº 14.133/2021, conforme mencionado pela **RECORRENTE**. A Lei nº 13.303/2016 e o regulamento do Serpro são as normativas pertinentes à regulação deste processo, uma vez que se trata de uma empresa pública federal regida pela referida lei.

IV. Do Procedimento de Pré-qualificação

A pré-qualificação visa avaliar, de forma antecipada e objetiva, a capacidade técnica das empresas interessadas em participar de futuros certames, sendo está uma ferramenta importante para garantir a eficiência e segurança das contratações do Serpro. Conforme estabelecido no item 2.1 do edital, o objetivo é promover a pré-qualificação de empresas especializadas na conversão automatizada de código e banco de dados para a plataforma Mainframe.

Destaca-se que o artigo 36 da Lei nº 13.303/2016 prevê que a pré-qualificação pode ser utilizada para identificar fornecedores que possuam as condições de habilitação previamente estabelecidas. Além disso, o edital prevê que todos os requisitos, inclusive aqueles referentes à demonstração técnica (Demo), são obrigatórios e, caso não sejam atendidos integralmente, a empresa não será considerada pré-qualificada.

V. Do Não Atendimento aos Requisitos do Edital

A decisão da comissão de não pré-qualificar a **RECORRENTE** H2L Tecnologia Ltda foi fundamentada na análise dos requisitos obrigatórios, conforme estabelecido no edital de pré-qualificação. Em especial, a decisão baseou-se no fato de que não foram fornecidos todos os componentes do código-fonte necessários para a análise, inviabilizando a avaliação completa dos requisitos técnicos obrigatórios para a pré-qualificação.

Embora a **RECORRENTE** alegue que apresentou a biblioteca runtime como arquivo compilado e que, portanto, a análise dos requisitos seria possível, a exigência do edital era clara quanto à necessidade de disponibilizar o código-fonte para todos os componentes, de modo a permitir a análise detalhada da conformidade com os requisitos especificados. A apresentação parcial dos códigos não atende aos critérios objetivos do edital, que visam assegurar a completa transparência e qualidade técnica do serviço oferecido, considerando a responsabilidade do Serpro em futuras contratações.

Adicionalmente, o anexo C do edital, que trata da declaração de atendimento aos requisitos de licenciamento dos frameworks e bibliotecas, não substitui a necessidade de cumprimento integral dos requisitos técnicos no momento da pré-qualificação.

A existência de código fonte não acessível ou dependente de fornecedor coloca o Serpro em posição de vulnerabilidade para a sustentação futura das soluções. O Serpro busca independência tecnológica no processo de downsizing de suas aplicações existentes no Mainframe.

Apesar da ausência do código fonte da biblioteca de runtime, há outros requisitos técnicos não cumpridos pela empresa. A seguir, apresentam-se as respostas às contestações realizadas:

1. ANEXO B (Item 4.1.6) – Padrão JPA (Java Persistence API / Hibernate)

Como a empresa alega, foi entregue um padrão de persistência diferente do solicitado em edital. A camada de persistência deve contemplar o padrão JPA, enquanto foi apresentado padrão JDBC, não atendendo o requisito técnico solicitado no edital. O JPA é utilizado pelo Serpro como padrão e está coerência deve ser mantida para manutenibilidade das aplicações.

2. ANEXO B (Item 4.1.12) - Tratamento de exceções sem blocos “catch” vazios (Não ignorar)

As exceções apresentadas não tratam o parâmetro “ex”, mas o bloco de tratamento não está vazio. Entretanto, há chamadas para métodos herdados da biblioteca de runtime que não foi enviada, portanto, não é possível verificar como ocorre o tratamento destas exceções.

3. ANEXO B (Item 4.1.13) - APIs e SDKs documentados com JavaDoc (Caso runtime criada)

Este item diz respeito à análise de como a biblioteca da empresa é documentada e pode ser mantida posteriormente pelo Serpro. Como a biblioteca não foi enviada, não é possível atestar este item.

4. ANEXO B (Item 5.2) - Não usar bibliotecas proprietárias de terceiros ou com restrição comercial

O código fonte da biblioteca de runtime não foi enviado junto ao restante do código fonte, não sendo possível validar a acessibilidade e capacidade de edição pelo Serpro. A existência de código fonte não acessível ou dependente de fornecedor coloca o Serpro em posição de vulnerabilidade para a sustentação futura das soluções. O Serpro busca independência tecnológica no processo de downsizing de suas aplicações existentes no Mainframe.

5. ANEXO B – Item 7.5.1 – Dependências Faltantes (obrigatório)

A empresa entregou a relação entre objetos, mas a aplicação de demonstração possui uma referência a um programa externo à fronteira da aplicação que não foi identificada nos relatórios. A ausência desta informação pode acarretar risco ao processo de migração após contratação, uma vez que haverá diversas integrações com programas de outras aplicações. Além disso, esta capacidade será fundamental para realização de diagnóstico da aplicação e correta mensuração sobre o escopo trabalhado. Sendo assim, ao não identificar o programa faltante, o processo de conversão pode sofrer prejuízos quanto ao planejamento, orçamentação e execução.

6. ANEXO B – Item 7.5.2 – Relações entre objetos Natural e chamadas a rotinas externas

O programa faltante citado no item 7.5.1 trata-se de uma chamada externa, portanto, como este ponto não foi identificado, o resultado não foi satisfatório.

7. ANEXO B – Item 7.5.3 – Relação de comandos CICS e respectivos quantitativos por objeto

Quanto a classificação “Atende Parcialmente” considera-se o pleito da empresa válido, sendo possível alterar para “Atende”.

8. ANEXO C – Deve ser permitido aos LICENCIADOS usarem, acessar, editar o código fonte que serão de propriedade do SERPRO ou do cliente do SERPRO que encomendar a solução

O código fonte da biblioteca de runtime não foi enviado junto ao restante do código fonte, não sendo possível validar a acessibilidade e capacidade de edição pelo Serpro. A existência de código fonte não acessível ou dependente de fornecedor coloca o Serpro em posição de vulnerabilidade para a sustentação futura das soluções. O Serpro busca independência tecnológica no processo de downsizing de suas aplicações existentes no Mainframe.

VI. Da Isonomia no Processo de Pré-qualificação

A recorrente alega falta de isonomia no tratamento das empresas participantes do processo de pré-qualificação. No entanto, reitera-se que todos os critérios de avaliação foram previamente estabelecidos de forma clara e objetiva no edital, e aplicados de maneira uniforme a todas as empresas participantes, conforme preceitua o artigo 37 da Constituição Federal e os princípios da administração pública. A decisão da comissão de especialistas foi embasada em critérios técnicos, considerando as demonstrações efetivamente apresentadas por cada empresa e sua aderência aos requisitos do edital.

VII. Do Segredo de Negócio e Propriedade Intelectual

Quanto ao argumento de que a exigência de disponibilização do código-fonte representa a revelação de segredo de negócio sem proteção adequada, cabe esclarecer que o processo de pré-qualificação do Serpro prevê a devida confidencialidade das informações apresentadas, em conformidade com o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro. Ademais, a exigência de fornecimento do código-fonte visa garantir a análise técnica detalhada necessária para a qualificação do fornecedor, sem a qual não é possível atestar a capacidade de execução dos serviços pretendidos.

VIII. Conclusão

Há diversas solicitações da empresa referentes à possibilidade de aceitação do resultado sem o envio do código fonte da biblioteca de runtime. Cabe reforçar que a empresa não se qualificou em outros requisitos técnicos que independem do envio deste código fonte.

Diante do exposto, e em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, bem como com os critérios objetivos estabelecidos no edital de pré-qualificação nº 0782/2024, não há motivos que justifiquem o provimento do presente recurso. Assim, mantém-se a decisão de não pré-qualificar a **RECORRENTE** empresa H2L Tecnologia Ltda para o serviço de conversão automatizada de código.

IX. DO POSICIONAMENTO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

- 9.1.** Não há demonstração de que as normas que regem este Chamamento Público, foram desrespeitadas.
- 9.2.** Ao proceder ao exame do Recurso, o Responsável Técnico levou em consideração os anseios da **RECORRENTE**, sem, contudo, perder de vista o interesse público.
- 9.3.** À luz dos princípios basilares deste Chamamento Público, em consonância com os ditames da Lei e os termos do Edital, revisto todos os atos até aqui praticados, após a análise dos argumentos trazidos nas razões do Recurso, e no posicionamento da Área Técnica do **Serpro**, este Responsável Técnico é pela **MANUTENÇÃO DA DECISÃO** (a) de conclusão de análise pelo não atendimento aos requisitos da pré-qualificação do Edital de Chamamento Público nº **0782/2024**, vez que, não existe razões fáticas para reformulação do julgamento anteriormente proferido e nos termos da motivação acima, visto que, a **RECORRENTE não atendeu aos requisitos técnicos** do Edital de Chamamento Público nº **0782/2024 e (b)** de não pré-qualificar a recorrente, com bases nas justificativas técnicas já expostas.
- 9.4.** Ressaltamos que a presente decisão não vincula a Autoridade Superior competente, apenas faz uma contextualização fática e documental com base no que foi carreado ao processo administrativo, de modo a fornecer subsídios à autoridade a quem cabe a decisão final, ratificando ou não a decisão do Responsável Técnico.
- 9.5.** Conforme estabelece o subitem 14.4 do Edital, submeto o presente Relatório, o Recurso, e o Parecer Técnico à apreciação da Autoridade Competente, para que Vossa Senhoria análise e proferir sua decisão.

São Paulo, 26 de novembro de 2024.

Assinatura Digital Responsável Técnico